

CULTURA POLÍTICA DEMOCRÁTICA E EDUCAÇÃO SUPERIOR A DISTÂNCIA: UMA EXPERIÊNCIA COM O CURSO DE PEDAGOGIA UENF

DEMOCRATIC POLITICAL CULTURE AND E-LEARNING EDUCATION: NA EXPERIENCE WITH THE COURSE OF PEDAGOGY AT UENF

LOPES, Isabel Cristina Chaves.

Doutora em Serviço Social pela PUC/SP. Docente do curso de Serviço Social da UFF/PUCG. Bolsista de produtividade acadêmica CECIERJ.

RESUMO

Este artigo é resultado de aproximações reflexivas iniciais em torno da educação a distância, propiciadas pelo trabalho realizado desde outubro de 2015 junto ao curso de licenciatura em Pedagogia da UENF, na condição de bolsista coordenadora da disciplina Educação Infantil II. O desenvolvimento das reflexões aqui apresentadas assenta-se também em uma experiência de visita a um dos polos de EAD no norte fluminense, onde em contato com um grupo de estudantes, obtivemos informações importantes que corroboram com o fato de que um curso desta natureza pode oferecer grandes contribuições aos processos de democratização do conhecimento e de educação para uma cultura política crítica.

Palavras-chave: Cultura política. Educação a Distância. Ensino Superior.

ABSTRACT

This article is the result of very early reflective approaches around the theme of distance education, propitiated by the work carried out since October 2015 with the Degree in Pedagogy of the UENF, as a scholarship coordinator of the Discipline of Childhood II. The development of the reflections presented here is also based on an experience of visiting one of the EAD poles in the north of Rio de Janeiro, where in contact with a group of students we obtained important information that corroborates the fact that a course of this nature can offer great Contributions to the processes of democratization of knowledge and education to a critical political culture.

Keywords: Political culture. E-learning. Education.

INTRODUÇÃO

O tema e as discussões com as quais temos nos envolvido, relativas ao conteúdo da disciplina são familiares, em função de experiências profissionais atuais e anteriores a estas. Elas também somam para o aperfeiçoamento de nossos estudos sobre educação, do qual a pedagogia é uma parte integrante de diversas formas.

A nossa aproximação da utilização dos re-

ursos da tecnologia da informática relacionando-os a educação, vem acontecendo gradativamente, também, através de um projeto de extensão universitária por nós coordenado na UFF, que objetiva relacionar os temas comunicação, rede social digital e ensino superior. A participação em algumas bancas de mestrado abordando temas como cibercultura também é um componente importante a destacar neste processo.

A grande novidade, geradora inclusive de algumas dificuldades, tem sido o trato com a modalidade de ensino a distância, na condição de coordenadora de disciplina. No entanto, as surpresas e as peculiaridades deste trabalho têm chamado atenção pelas inúmeras possibilidades com as quais avaliamos acenar em termos de contribuição para a formação de uma cultura política democrática.

Tal consideração emerge da percepção da importância de características desta modalidade de ensino, como a extensão do acesso a um público perfilado por dificuldades como de conciliação entre horários de trabalho e de estudos nas cidades em que residem, não existência de cursos de nível superior em algumas cidades, dificuldades para pagamentos de mensalidades de cursos no setor privado, entre outros.

Conforme Demo (2001, p. 67):

Mas há, por outro lado, suas vantagens, a começar pela possibilidade de estudar a distância. Não será mais o caso de exigir que as pessoas, para poderem avançar em suas trajetórias educacionais, tenham que abandonar sua cidade, desorganizar sua família, perder o emprego, mudar de vida. O direito de aprender será reconhecido como direito humano fundamental, em qualquer tempo e lugar. Outra vantagem é o acesso à informação, que parece estar já resolvido. Isto, todavia, não pode impedir a crítica contra o excesso de informação e formação.

Além da garantia de acesso a uma graduação de nível superior, compreendemos que a estrutura de ensino pela via EAD, oferece recursos que podem favorecer um processo de aprendizado estimulador da autonomia e da diversificação na forma de aprender.

DESENVOLVIMENTO

Nos depoimentos que acessamos pela via do encontro com os alunos em um polo presencial em 2016, foram enfatizados valores de solidariedade entre eles, atenção por parte dos tutores, a grande utilização das vídeoaulas e um bom índice de aprovação em processos seletivos para o setor público municipal e estadual, por parte dos alunos que finalizaram o curso

Pelas leituras que já realizamos, o objetivo básico do EAD, que existe institucionalmente desde o século XIX, é auxiliar no transpor dos

obstáculos ao conhecimento, favorecendo os que não possuem disponibilidade de tempo para o trabalho do estudo, favorecendo a classe trabalhadora no acesso à educação. Ele é praticado nos mais diversos setores, desde a educação básica ao ensino superior, neste, através das universidades virtuais, universidades abertas, dos treinamentos governamentais, dos cursos abertos, livres, entre muitos outros. Caracteriza-se como uma forma favorecer uma relação mais horizontal e dialogada possível entre professor e aluno.

Muitos acontecimentos e instituições foram importantes para a sua consolidação. Segundo Alves (2011, p. 27), “[hoje], mais de 80 países, nos cinco continentes, adotam a Educação a Distância em todos os níveis de ensino, em programas formais e não formais, atendendo milhões de estudantes” e ainda segundo a autora “[provavelmente], as primeiras experiências em Educação a Distância no Brasil tenham ficado sem registro, visto que os primeiros dados conhecidos são do século XX” (ALVES, 2011, p. 28).

Comprometidos com reflexões e estudos acerca da educação para uma cultura política, não podíamos deixar de observar possibilidades nesta modalidade de ensino para tal discussão/ação. Isto porque quando falamos de hegemonia de uma cultura política falamos da proliferação de uma forma de pensar o mundo, de uma ideologia que por assim ser não necessita ser hermética, mas sinalizar formas de refletir, analisar e comportar-se a partir de determinados valores e princípios. Sendo assim, uma compreensão de homem e de sociedade se faz necessária como forma de definição dos horizontes desta cultura, ou seja, uma definição de onde pretende-se chegar em termos de vida em sociedade quando da defesa de tais concepções. Sobre estas, trabalhamos em nossos estudos com a concepção de que o ser humano se constitui a partir das práticas que realiza e desta forma contribui na constituição de uma forma de sociedade e a si mesmo dentro desta.

Utilizando passagem do texto de Schaff (1982, p. 85-87) intitulado “A concepção marxista do indivíduo”, temos a seguinte passagem que corrobora nossa afirmação:

O que importa é que Marx toma como ponto de partida o indivíduo não só como ser dotado de inteligência, mas também como ser operante consciente e racionalmente. [...] enfim, a concepção dos homens como fruto da autocriação, como produto da atividade prática dos homens

criadores da história: eis os princípios fundamentais da concepção marxista do ser humano.

Tais questões dirigem nossa atenção para outras de ordem ética, também destacadas de produção teórica do autor, sendo que em outro texto, onde discutirá entre outros, a condição da individualidade no contexto da “onda tecnológica” que firma no universo individual e coletivo, uma informatização generalizada, marcada por desemprego em massa, exacerbção do individualismo e alterações nas formas de trabalho. Estas seriam:

[...] o que acontecerá com o indivíduo entendido deste modo [ser social], condicionado e vinculado socialmente e igualmente único na sua existência individual, com as transformações provocadas pela atual revolução industrial? Quais serão as implicações resultantes desta revolução para a vida do indivíduo humano? (SCHAFF, 2007, p.102).

Caracterizada pela o avanço da microeletrônica e da biotecnologia, por exemplo, a terceira revolução industrial ou quarta revolução tecnológica, é marcada por uma grande informatização das relações sociais. Tal fato acenando com o aumento de desemprego, frente a substituição do trabalho vivo pelo do trabalho morto, pode configurar-se por um outro aspecto como uma mudança positiva, isto no que tange ao trabalho com o universo de valores necessários à uma cultura política que prime pela orientação, no contexto de suas relações, de uma ética emancipatória.

Williams (2011, p. 156) corrobora nossa afirmação através da passagem abaixo:

(...) as novas tecnologias [tomadas] juntas, elas oferecem a possibilidade de novos tipos de relações sociais e culturais ativas no que será, de qualquer forma, um mundo tecnológico excepcionalmente complexo. (...) esses usos, dentro dos processos de mudança muito mais amplos, estão entre os meios indispensáveis para uma nova democracia radical (...). Eles também estão entre os movimentos autenticamente modernos, além do impasse longo e amargo de um modernismo um dia libertário.

Afirmamos tal questão sustentados também pela afirmação de Schaff (2007) com a qual concordamos e que encontra-se expressa na seguinte passagem:

Estamos nos aproximando do final de nossas reflexões sobre o mundo dos valores humanos nas novas condições da sociedade informática. Uma coisa está fora de dúvida: será um mundo radicalmente transformado. Será uma mudança para

melhor, se tomarmos como sistema de referência os valores humanistas? Provavelmente sim, desde que a sociedade trabalhe nesta direção. Não podemos esquecer que os emergentes *homos universalis* e *homo ludens* podem se apresentar com uniforme de alguma tendência totalitária (SCHAFF, 2007, p.150).

Partimos aqui então para algumas pequenas e iniciais reflexões acerca do que poderia ser esta humanização das relações neste contexto de informatização das relações sociais, sobre qual o nível da sua necessidade no mesmo e como seria possível trabalhá-la junto ao processo de ensino na graduação em uma modalidade virtual.

Esta humanização, fundamentada na concepção de homem/mundo já apresentada, estaria voltada ao compromisso de formação do homem total, do inteiramente homem, através de intervenções que primassem pela relação entre sentidos e razão, sem a obrigação da subordinação da primeira à segunda, pois “[não] só no pensar, portanto, mas com todos os sentidos o homem é afirmado no mundo objetivo” (MARX, 2009, p.110).

O nível da necessidade deste trabalho seria determinado pelo nível de reificação das relações sociais já manifesto no modelo capitalista de produção e que pode vir a acentuar-se demandando maior atenção no investimento de seu contraponto.

As possibilidades de um trabalho com este caráter dar-se-iam justamente na afirmação de valores afirmadores de relações mais humanistas, dos quais podemos destacar a solidariedade, o sentimento de coletivismo, a tolerância com as falhas alheias e com as suas próprias, o igualitarismo nas relações, entre outros. Estes seriam apresentados através dos conteúdos programáticos, nas dinâmicas das aulas e nos processos avaliativos, aos quais compreendemos a necessidade da transversalidade do debate ético, adequado à realidade de cada disciplina.

Quando falamos desta transversalidade, não podemos deixar de enfatizar a forma particular como cada um tende ou tenderá a absorver tais conteúdos, pois não podemos perder de vista a diversidade da vida em sociedade. No entanto, apesar desta constatação, trabalhamos com a expectativa da configuração de uma unidade na diversidade, posto somente assim compreendermos o avanço na direção de valores humanizados e humanizadores.

Cabe à educação do futuro cuidar para que a

ideia de unidade da espécie humana não apague a ideia de diversidade e que a da sua diversidade não apague a da unidade. (...) Compreender o humano é compreender sua unidade na diversidade, sua diversidade na unidade. É preciso conceber a unidade do múltiplo, a multiplicidade do uno. (...) A educação deverá ilustrar este princípio de unidade/diversidade em todas as áreas. (MORIN, 2001, p.55).

A cultura política democrática a qual nos referimos portanto é uma cultura ética, onde o ser humano, figura como elemento central. Uma proposta de afirmação deste conteúdo e forma de cultura, demanda a comunicação da informação, do conhecimento, além do estudo e debate sobre o mesmo em uma perspectiva emancipatória.

No que tange à abordagem acerca da educação gostamos de trabalhar com o autor Istvan Mészáros (2005), em função da forma como defende a exploração do potencial da educação, quer dizer, para além da realidade institucional e como uma mediação importante nas mudanças radicais de hábitos e costumes. A partir das reflexões deste e outros autores, temos nos desafiado a pensar possibilidades da educação à distância em relação à realidade do EAD.

Para tanto, compreendemos que o processo de construção do conhecimento, através da divulgação da informação, dos estudos e do debate político, devem primar por um processo de flexibilização na forma do pensar de maneira que esta possa apresentar-se criativa, propositiva e o mais original possível.

A democracia necessita ao mesmo tempo de conflitos de ideias e de opiniões, que lhe conferem sua vitalidade e produtividade. Mas a vitalidade e a produtividade dos conflitos só podem se expandir em obediência às regras democráticas que regulam os antagonismos, substituindo as lutas físicas pelas lutas de ideias, e que determinam, por meio de debates e das eleições, o vencedor provisório das ideias em conflito, aquele que tem, em troca, a responsabilidade de prestar contas da aplicação de suas ideias (MORIN, 2001, p. 108).

Educar para o pensar criativo através desta modalidade de ensino parece algo fantasioso. No entanto, quando consideramos que a aprendizagem está em todos os espaços de nossa vida, como nos diz Mészáros (2005, p. 47), “a aprendizagem é a nossa própria vida, desde a juventude até a velhice, de fato quase até a morte; ninguém passa dez horas sem nada aprender”, concebemos possibilidades desta natureza neste espaço, desde que adequadas ao mesmo. Ainda

oportunizando-nos do texto de Mészáros (2005, p. 48), “[a] internalização é questão para a qual nos devemos voltar agora”.

Tal objetivo merece atenção que o conduza a discussões voltadas ao amadurecimento de seu sentido, sendo que neste artigo nos detemos na questão da possibilidade da educação para uma forma de cultura política que pode emergir ou ser aprofundada, num contexto caracterizado pela acentuação do individualismo.

Sobre o individualismo, abrimos um parêntese utilizando o pensamento de Castells (2003) que avalia que o aumento da utilização da tecnologia, através do uso intenso da internet, pode provocar o predomínio do individualismo nas formas de sociabilidade, através de uma comunicação híbrida, onde relacionam-se o lugar físico e o ciber lugar. Ou seja, na contradição entre o concreto físico e o concreto não físico (o virtual), existe a possibilidade de uma exacerbção do individualismo, principalmente se o concreto físico não envolver participação em coletivos organizados.

Disto inferimos não ser pouco e nem pequeno o desafio de um trabalho com tais aspirações e inspirações político pedagógicas, cujas reflexões mais amadurecidas deixamos para registros em artigos futuros.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Quando pensamos em cultura política democrática precisamos pensar em trabalhadores mais favorecidos pelo Estado, não somente a partir de políticas para educação, mas de políticas públicas e sociais como um todo.

Compreendemos que um dos papéis destes cursos é atuar sobre a humanização das relações através do ensino a distância, compreendendo o amplo acesso que possui. O envolvimento dos alunos em debates políticos, promovidos pelos cursos, pode ser um bom encaminhamento rumo ao envolvimento dos cidadãos no campo político, que vem se tornando espaço monopolizado por especialistas. Como diz Morin (2001, p. 112), precisamos regenerar nossa democracia.

Como atuamos na área de humanas, temos ministrado por longo tempo disciplinas voltadas ao estudo da ética profissional, além do desenvolvendo de pesquisas voltadas a formas de humanização das relações. Uma de nossas preocupações atuais é como humanizar ao máximo o processo de ensino aprendido via EAD e como utilizá-lo como mais um recurso mediador na educação para uma cultura política mais ética

e, portanto, afirmadora de direitos humanos. Outra questão é como um trabalho de coordenação de disciplina pode contribuir na afirmação de tais condições.

REFERÊNCIAS

ALVES, Lucineia. **Educação a distância: conceitos e história no Brasil e no mundo.** Disponível em: http://www.abed.org.br/revistacientifica/Revista_PDF_Doc/2011/Artigo_07.pdf. Acesso em: 12 jun. 2016.

CASTELLS, Manuel. **A galáxia da internet: reflexões sobre a internet, os negócios e a sociedade.** Rio de Janeiro: Zahar, 2003.

DEMO, Pedro. **Saber pensar.** São Paulo: Cortez, 2001.

MARX, Karl. **Manuscritos Econômicos Filosóficos.** São Paulo: Boitempo, 2009.

MÉSZÁROS, Istvan. **A educação para além do capital.** São Paulo: Boitempo, 2005.

MORIN, Edgar. **Os sete saberes necessários à educação do futuro.** São Paulo: Cortez, 2001.

SCHAFF, Adam. 2007. O indivíduo humano e a sociedade da informática. In: _____. **A sociedade informática.** São Paulo: Brasiliense, 2007.

_____. A concepção marxista do indivíduo. In: VOLPE, Galvano Della. **Moral e sociedade.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.